

Sul América Santa Cruz Participações S.A. – CNPJ 92.664.937/0001-80

DIRETORIA

Gabriel Portella Fagundes Filho
Diretor PresidenteMarco Antônio Antunes da Silva
Diretor Vice-PresidenteCristiano Donisete Barbieri
Diretor Vice-PresidentePatrícia Quirico Coimbra
Diretora Vice-PresidenteMauro Reis D'Almeida
ContadorRicardo Bottas Dourado dos Santos
DiretorAlessandra Maia Marinho Basile
DiretoraEmil Andery
DiretorFabiane Reschke
DiretoraLaenio Pereira dos Santos
DiretorReinaldo Amorim Lopes
Diretor

CRC-RJ 066.620/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Santa Cruz Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Santa Cruz Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Santa Cruz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020

DELOITTE TOUCHÉ TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Roberto Paulo Kenedi

Contador

CRC nº 1 RJ 081401/O-5

Deloitte.

IMPACTOS DOMÉSTICOS

Ipea prevê queda de 0,4% a 1,8% da economia este ano com o coronavírus

As novas projeções foram estimadas em três cenários, variando em função do período de restrição

Os pesquisadores de macroeconomia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revisaram as projeções para o crescimento econômico deste ano para uma retração de 0,4% a 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB), ante uma alta de 2,1% prevista anteriormente. As novas estimativas, revisadas em função da pandemia do novo coronavírus, estão numa seção da Carta de Conjuntura do Ipea, publicada ontem no site da instituição.

Para os pesquisadores, o nível de incertezas e interrupções da atividade econômica provocado pela pandemia da covid-19 “está trazendo incertezas e interrupções da atividade econômica global em níveis superiores aos registrados na crise financeira internacional de 2007-2009”.

“Essa crise é mais difícil porque já tínhamos visto uma crise financeira, mas não uma pandemia como essa”, afirmou o diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, José Ronaldo de C. Souza Júnior, que assina a seção da Carta de Conjuntura ao lado de Paulo Mansur Levy, Francisco Eduardo

de L. A. Santos e Leonardo Mello de Carvalho

As novas projeções do Ipea foram estimadas em três cenários, variando em função do período de adoção de medidas de restrição de aglomerações e de incentivo ao “isolamento social” para combater a pandemia. No cenário com isolamento social de um mês, até o fim de abril, a retração da economia será de 0,4% este ano. Com isolamento de dois meses, o PIB encolherá 0,9%. Se o isolamento durar três meses, o tombo na atividade em 2020 será de 1,8%.

Nos três cenários, os pesquisadores do Ipea consideram que, no terceiro trimestre, haverá uma “rápida recuperação parcial da atividade econômica”.

“Esta hipótese depende da efetividade das políticas econômicas mitigadoras sendo adotadas no Brasil e no mundo, e de um relativamente rápido avanço no controle da pandemia, que permitiria a retirada gradual das medidas restritivas”, diz um trecho da seção da Carta de Conjuntura.

Segundo os pesquisadores do Ipea, o tamanho da retra-

ção cresce de forma diretamente proporcional à duração do período de isolamento social “porque, mesmo com medidas mitigadoras bem sucedidas, os riscos de falências e de demissões aumentam quanto maior for o tempo em que as empresas ficam com perda muito grande (ou total) de faturamento”.

“Se tiver uma demora maior (para começar a recuperação), vamos para um grau de incerteza maior ainda, fica difícil até de calcular, porque aí, realmente, pode haver mais dificuldades por conta de falências de empresas e demissões”, afirmou Souza Jr.

Para rodar seus modelos de projeção, a equipe do Ipea considera impactos vindos de fora, visto que, hoje, a crise é global, e impactos domésticos. No primeiro caso, foi considerado que uma retração de 1,0% no PIB global tiraria 1,3 ponto porcentual do crescimento do PIB brasileiro em 2020.

Para os impactos domésticos, nos quais foram considerados os três cenários diferentes em função do período de isolamento, os pesquisadores optaram “por uma abordagem empírica em que defi-

nimos a intensidade dos choques por meio de um levantamento de informações de alta frequência e de dados divulgados por empresas e por representantes dos setores mais afetados pela crise”.

A seção da Carta de Conjuntura lembra que o setor de serviços deverá ser o mais atingido em termos de atividade no ano, já que, por sua natureza, o consumo suspenso nos períodos de restrição tem menos chance de ser compensado com maior intensidade no futuro, após as restrições serem relaxadas. “Alguns setores industriais também devem sofrer fortes perdas, como de bens de consumo duráveis, têxteis, confecções e calçados, devido ao fechamento do comércio nas principais cidades do país”, diz um trecho da Carta de Conjuntura.

O efeito no mercado de trabalho também tende a ser grande, pois “alguns dos setores mais afetados são os maiores empregadores do país.”

“Só o setor de comércio varejista ocupava 6,4 milhões de pessoas em 2018. Serviços de alimentação e transporte, juntos, respondem por quase 10% do total de ocupados

no país, o que mostra que o impacto doméstico será significativo. A questão preponderante, que será colocada na discussão de cenários, é qual é a duração dos choques e se terá efeitos mais persistentes”, escreveram os pesquisadores do Ipea.

A equipe de macroeconomia do Ipea revisou também sua projeção para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que baliza as metas de inflação do Banco Central (BC), para uma alta de 2,9% em 2020, ante a estimativa anterior de um avanço de 3,3%.

Para os pesquisadores do Ipea, diante dos impactos negativos da pandemia sobre a atividade econômica, o cenário de inflação no País passou a ser marcado por “queda nos preços das principais commodities, especialmente do petróleo; forte desvalorização cambial e retração da demanda interna”.

No caso das commodities, o “comportamento mais benevolente do petróleo contribuirá para compensar a pressão adicional exercida sobre os preços dos combustíveis de uma taxa de câmbio médio estimada em R\$ 4,50

para o ano, possibilitando um desempenho ainda mais favorável dos preços administrados, cuja previsão de alta recuou de 3,9% para 3,4%”.

O pesquisadores do Ipea também reduziram a projeção para os preços dos alimentos em 2020 no IPCA (para 3,8% ante a estimativa anterior de 4,2%), mas os principais impactos relacionados à covid-19 estão nos serviços e bens precificados livremente.

“Se em um primeiro momento a retração na demanda destes setores ocorrerá pela adoção da quarentena obrigatória, posterior-

mente, as quedas do nível de atividade e, consequentemente, da massa salarial se tornarão os principais responsáveis por este movimento de recuo na procura de bens e serviços. Dessa forma, mesmo em um ambiente de forte depreciação cambial e taxa de juros em declínio, a projeção de inflação dos bens livres, exceto alimentos, recuou de 1,7% para 1,5%. De modo similar, a alta estimada para os serviços desacelerou 0,5 p.p., passando de 3,3% para 2,8%”, diz um trecho da seção da Carta de Conjuntura.

AUXÍLIO EMERGENCIAL

Empregados domésticos formais vão poder receber o seguro-desemprego

Após a aprovação de um auxílio emergencial para os trabalhadores informais, o governo tenta agora centrar seus esforços na aprovação de medidas para auxiliar empregados com carteira assinada durante a crise do novo coronavírus.

A equipe econômica já acertou que trabalhadores domésticos formalizados terão acesso ao seguro-desemprego se tiverem contrato suspenso ou redução de jornada e salários. Em outra frente, o governo calcula que pode liberar cerca

de R\$ 1 mil por conta na nova rodada de saques do FGTS.

A inclusão dos domésticos na medida de proteção aos trabalhadores formais foi um pedido do ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem dito que “ninguém será deixado para trás”. Quem for diarista poderá pleitear o auxílio emergencial a trabalhadores informais, caso preencha todos os requisitos.

Os empregadores poderão suspender o contrato por até dois meses, ou redu-

zir jornada e salário em 25%, 50% e 70% por até três meses. No caso da suspensão, o governo pagará a parcela integral do seguro-desemprego, que vai de R\$ 1.045 a R\$ 1.813,03. Já na redução de jornada, o governo aplica o mesmo percentual da redução sobre o seguro, enquanto a empresa arca com o restante do salário. A ideia é que, na soma das duas partes, nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo.

O governo prevê desti-

nar R\$ 51,2 bilhões ao pagamento de seguro-desemprego, integral ou parcial, a trabalhadores que forem afetados pela crise provocada pela pandemia. Esse é o impacto bruto da medida. A intenção dos técnicos é que a concessão do seguro-desemprego seja automática: assim que o empregador lançar a informação da suspensão do contrato ou da redução da jornada, o pagamento seria concedido.

A nova liberação do FGTS para os trabalhadores deve ficar em torno de

R\$ 1 mil por conta. O valor representa o limite possível de ser liberado nas contas sem comprometer a sustentabilidade do FGTS. O martelo ainda será batido nos próximos dias. A estimativa é de que cerca de 60 milhões de contas serão beneficiadas pela medida. Contas com saldo de até R\$ 1 mil poderão resgatar o saldo integral.

O governo estima uma injeção de aproximadamente R\$ 34 bilhões com a nova rodada de saques. Desse valor, R\$ 20 bilhões virão da transferência de recur-

sos que hoje estão parados no Fundo PIS/Pasep. Outros R\$ 14 bilhões já haviam sido disponibilizados por meio do “saque imediato” aprovado no ano passado, mas ainda não foram resgatados. Com o fim do prazo de resgate hoje, o dinheiro servirá para dar lastro às novas liberações.

O governo também quer baratear o crédito neste momento de crise e estudar, de forma temporária, o adicional de 0,38% do IOF cobrado nos empréstimos para famílias e empresas.